

FUNDAÇÃO DO ABC
EDITAL nº 01/2014 DO PROCESSO SELETIVO
(CÓDIGO 2- JUNIOR) ASSISTENTE DE CONTROLE INTERNO JUNIOR

Um povo milenar, mas sem reconhecimento

Antes de os espanhóis ou os incas construírem um império na América do Sul, um povo já havia desbravado a região dos Andes e firmado ali uma sociedade que existe há mais de 3 mil anos: os uros. A história deles ainda é pouco conhecida e documentada - até suas origens ainda são um mistério para arqueólogos. No entanto, um grupo de geneticistas e antropólogos decidiu dar o primeiro passo para desvendar a história da etnia.

Membros do Projeto Genográfico - que pretende mapear o genoma de diferentes grupos étnicos ao redor do mundo - iniciaram, em 2007, a coleta do DNA de cerca de 2,4 mil uros na Bolívia e no Peru. O material foi analisado no Centro de Pesquisa da América Latina, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o resultado aponta que esta etnia não possui descendência comum com nenhum outro povo da região.

Apesar da miscigenação com outros povos andinos através dos séculos, há traços genéticos que são únicos entre as pessoas que habitam aquela região. Segundo o coordenador do Projeto Genográfico na América Latina, o biólogo Fabrício Rodrigues Santos, da UFMG, isto indica que esta população pode ser da mesma linhagem dos antigos urus, as primeiras comunidades a povoarem o Altiplano Andino.

Os uros vivem às margens de lagos e rios do Peru e da Bolívia, principalmente no Titicaca. Na Bolívia, eles possuem reconhecimento do governo e são incluídos dentro da legislação para as minorias indígenas. No entanto, o grupo étnico não recebe a mesma proteção no Peru. Os uros do Titicaca peruano ainda lutam pela demarcação da terra onde vivem. Segundo o antropólogo Michael Kent, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que colaborou com o Projeto Genográfico, a população daquela região tem se mobilizado desde 2001 para conquistar o controle do seu território, mas ainda enfrenta preconceitos que dificultam a promoção dos seus direitos.

Um destes preconceitos é o reconhecimento de sua linhagem distinta de outros povos indígenas, como os Aimarás e Quéchuas. Como o dialeto original dos uros não é mais falado na região, o povo peruano não os reconhece como legítimos descendentes dos antigos urus. Para Kent, o resultado da pesquisa fortalece a luta deste povo na busca por seus direitos e pode mudar a realidade desta população. "Os dados genéticos conseguiram convencer uma opinião pública que não era receptível a nenhum argumento social ou cultural quanto à autenticidade dos uros, mesmo eles tendo uma cultura única", explica.

Os uros vivem em ilhas artificiais flutuantes, feitas de juncos extraídos das margens de lagos e rios. Eles possuem uma tradição milenar, ligada à pesca. No entanto, atualmente, dependem majoritariamente do turismo.

Disponível em: <http://estado.br.msn.com/ciencia>

1. A partir da leitura do texto, podemos concluir que:

- I - Apesar dos recentes resultados, a formação das primeiras comunidades uros no Altiplano dos Andes ainda é um mistério para os cientistas.
- II - Como não há registro escrito ou evidências claras das antigas ocupações dos lagos e rios andinos, cientistas mapeiam ancestralidade de povos uros dos Andes, no Peru e na Bolívia.
- III - Uma suposição é que eles teriam surgido de uma migração dos mochicas que habitam o litoral norte do Peru, já que esta população possui hábitos parecidos com os uros, ou seja, ainda preservariam hábitos que antecedem o desenvolvimento de todos os grupos que ocuparam a América Latina.
- IV - A hipótese mais plausível é que eles tenham surgido dos primeiros povos nômades que conseguiram chegar ao Altiplano e isto explicaria a falta de relações genéticas com outras etnias da região. São pescadores uma característica da linhagem dos uros.
- V - Os uros do Titicaca peruano lutam por seus direitos, pois sofrem muitos preconceitos e ainda não conseguiram a demarcação da terra onde vivem, apesar de possuírem hábitos bem parecidos com os dos antigos uros.

Os itens corretos são:

- A) I, III, IV e V.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) II, III e IV.
- D) III, IV e V.

2. Assinale a alternativa que apresenta palavras acentuadas pela mesma regra.

- A) "indígenas" – "construírem" – "extraídos".
- B) "até" – "através" – "já".
- C) "biólogo" – "império" – "incluídos".
- D) "Bolívia" – "mistério" – "receptível".

3. Escreve-se como "descendência" a palavra da alternativa:

- A) ino__ência.
- B) per__istência.
- C) tran__edência.
- D) de__ência.

4. Observe a pontuação das frases abaixo.

- I - Os uros seriam descendentes de povos amazônicos?
- II - Os uros seriam descendentes de povos amazônicos.
- III - Os pesquisadores não conseguiram encontrar correlações genéticas com os indígenas do Titicaca?
- IV - Os pesquisadores não conseguiram encontrar correlações genéticas com os indígenas do Titicaca.

A pontuação está correta nos itens:

- A) I e II, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.

5. Assinale a alternativa cuja palavra é um substantivo masculino.

- A) pessoa.
- B) dó.
- C) cal.
- D) criatura.

6. De acordo com o registro escrito culto da língua, complete o espaço com a palavra/expressão correta dos parênteses.

Cristina Suaña Coila, de 47 anos:

- I - Mora em uma aldeia de uros, próxima ___ cidade de Puno. (a/à)
- II - Decidiu transformar sua ilha em uma pousada ___ dois anos. (faz/fazem)
- III - Tem esperança ___ algum dia os cientistas possam se interessar em escrever a história de seu povo. (que/de que)
- IV - Quer conquistar o apoio do poder público ___ representação indígena própria no governo. (com/com uma)

Assinale a alternativa que completa corretamente os espaços.

- A) I- a – II- fazem – III- que – IV- com
- B) I- à – II- faz – III- que – IV- com uma
- C) I- a – II- faz – III- que – IV- com uma
- D) I- à – II- faz – III- de que – IV- com uma

7. Analise sintaticamente os termos grifados na oração abaixo e assinale a alternativa correta.

"...o povo peruano não os reconhece como legítimos descendentes dos antigos urus."

- A) I- Adj. Adnominal – II- Objeto Direto – III- Predicativo do Objeto – IV- Complemento Nominal.
- B) I- Sujeito Simples – II- Objeto Direto – III- Predicativo do Sujeito – IV- Complemento Nominal.
- C) I- Sujeito Simples – II- Adj. Adnominal – III- Predicativo do Sujeito – IV- Objeto Indireto.
- D) I- Adj. Adnominal – II- Objeto Direto – III- Predicativo do Objeto – IV- Objeto Indireto.

8. Assinale a alternativa incorreta quanto ao emprego da crase.

- A) Submeterei àqueles alunos a uma prova.
- B) Encontrei-o à porta de minha casa.
- C) À noite, se reuniam para ouvi-lo.
- D) Não fui àquela festa.

9. Assinale a alternativa que apresenta concordância verbal adequada.

Já _____ anos que não nos vemos.
Neste local _____ árvores e flores.
Hoje, só _____ ervas daninhas.

- A) fazem / havia / existem
- B) faz / havia / existem
- C) fazem / havia / existe
- D) faz / havia / existe

10. Marque a frase inaceitável, do ponto de vista da concordância nominal.

- A) No calor, é bom bebermos bastante líquido.
- B) Nunca foi permitido presença de estranhos nesse departamento.
- C) Nos dias de hoje, é necessária paciência.
- D) Aprendi com minha avó que água de melissa é ótimo para os nervos.

11. De acordo com a Resolução CFC 750 de 1993, o Princípio da Entidade reconhece:

- A) o Patrimônio como centro da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nessa acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de propriedade ou instituição. O Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. O Resultado contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova Entidade, mas numa unidade de natureza contábil-financeira.
- B) o Patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nessa acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. O Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova Entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.
- C) o Patrimônio como centro da contabilidade e afirma a soberania patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nessa acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. O Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. O Resultado contábil de patrimônios autônomos resulta em nova Entidade, numa unidade de natureza patrimonial-contábil.
- D) o Patrimônio como objetivo da contabilidade e afirma a soberania patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nessa acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. O Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. O Resultado contábil de patrimônios autônomos resulta em nova Entidade, numa unidade de natureza contábil-financeira.

12. O poder constituinte originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo, por completo com a ordem jurídica precedente (Lenza -2.004). O objetivo fundamental do poder constituinte originário é:

- A) criar uma nova constituição, diversa do que vigora em decorrência da manifestação do poder constituinte originário.
- B) criar uma nova ordem, diversa do que vigora em decorrência da manifestação do poder constituinte originário.
- C) criar uma nova ordem jurídica, diversa do que vigora em decorrência da manifestação do poder constituinte derivado.
- D) criar um novo estado, diverso do que vigora em decorrência da manifestação do poder constituinte precedente.

13. A Constituição Federal de 1988 classifica os direitos e garantias fundamentais em:

- I - Direitos Individuais.
- II - Direitos coletivos.
- III - Direitos sociais.
- IV - Direitos à nacionalidade.
- V - Direitos políticos.

- A) Apenas quatro itens estão corretos.
- B) Todos os itens estão corretos.
- C) Apenas três itens estão corretos.
- D) Apenas o item III está correta.

14. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37 da CF). Assinale a alternativa incorreta.
- A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
 - B) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
 - C) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
 - D) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
15. De acordo com o art. 39 da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas e a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:
- A) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; Os requisitos para a investidura; As peculiaridades dos cargos.
 - B) o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; Os requisitos para a investidura; As peculiaridades dos cargos.
 - C) a natureza e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; Os pré-requisitos para a investidura; As peculiaridades dos cargos.
 - D) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; Os pré-requisitos para a investidura; As peculiaridades dos cargos.
16. Assinale a alternativa incorreta.
- A) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - B) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 - D) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
17. Assinale a alternativa incorreta.
- A) Ato administrativo é toda a manifestação de vontade da Administração Pública com finalidade de resguardar, modificar ou extinguir direitos ou impor obrigações a si própria ou aos administrados. É espécie do gênero ato jurídico.
 - B) São requisitos de validade do ato administrativo: forma, agente, vontade e objeto.
 - C) O ato administrativo se enquadra como fato jurídico humano voluntário, ou suplemento especial do gênero ato jurídico stricto sensu, possuindo, como qualquer ato jurídico, requisitos próprios.
 - D) Os requisitos do ato administrativo se dividem em requisitos de existência e de validade.
18. São duas as modalidades básicas de contrato administração elencados pela doutrina majoritária: Contrato de Colaboração e Contrato de Atribuição. Assinale a alternativa correta.
- A) No Contrato de Colaboração o interesse essencial é do particular e no Contrato de Atribuição o interesse precípua é da Administração Pública.
 - B) Nas duas modalidades a Administração Pública não pode unilateralmente rescindir o contrato mesmo que haja previsão legal.
 - C) No Contrato de Colaboração o interesse precípua é da Administração Pública e no Contrato de Atribuição o interesse essencial é do particular.
 - D) Nas duas modalidades a Administração Pública pode rescindir apenas o contrato de Colaboração mesmo que não haja previsão legal.

19. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão:

- A) convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos direta e indiretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de colarinho branco a ausência sem justificativa adequada.
- B) convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos direta e indiretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime civil a ausência sem justificativa adequada.
- C) convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime a ausência sem justificativa adequada.
- D) convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

20. Assinale a alternativa correta.

- A) Autarquia é uma entidade com serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- B) Empresa Pública é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- C) Sociedade de Economia Mista é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público e privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Direta.
- D) Fundação Pública é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e com receita própria.

21. O Sistema Orçamentário evidencia:

- A) o registro contábil da Receita e da Despesa, de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos Créditos Adicionais.
- B) todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira e que não são compreendidas na execução orçamentária, as quais serão também objeto de registro, individualização e controle contábil.
- C) os registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.
- D) o levantamento geral dos bens móveis e imóveis e terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

22. Assinale a alternativa correta.

- A) Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e que imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.
- B) O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- C) As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas à conta de compensação.
- D) O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

23. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
- II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
- III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;
- V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;
- VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;
- VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;
- IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
- X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
- XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente nove itens estão corretos.
- B) Somente três itens estão corretos.
- C) Apenas um item está incorreto.
- D) Todos os itens estão corretos.

24. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá _____, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Complete a lacuna:

- A) anexo de Metas Fiscais
- B) demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos
- C) anexo de Riscos Fiscais
- D) política Fiscal do Plano Plurianual

25. De acordo com a Resolução CFC 981 de 2.003 existe uma relação inversa entre o risco de auditoria e o nível estabelecido de relevância, isto é, quanto menor for o risco, maior será o valor estabelecido como nível de relevância e vice-versa. O auditor deve atenuar tal ocorrência:

- A) aumentando o nível de risco de controle, onde praticável, e suportar tal aumento por meio de ampliação dos testes de controle e aumentar o risco de detecção via modificação da natureza, época e extensão dos testes substantivos planejados.
- B) controlando o nível de risco de controle, onde praticável, e melhorar o nível ampliando os testes de controle e modificar o risco de detecção via modificação da natureza, época e extensão dos testes substantivos planejados.
- C) ajustando o risco de detecção ampliando os testes de natureza, época e extensão dos testes substantivos planejados.
- D) reduzindo o nível de risco de controle, onde praticável, e suportar tal redução por meio de ampliação dos testes de controle; ou reduzindo o risco de detecção via modificação da natureza, época e extensão dos testes substantivos planejados.

26. No âmbito federal, de acordo com a Instrução Normativa nº 01 de abril de 2001, da Secretaria Federal de Controle Interno, a auditoria é:

- A) o conjunto de técnicas, que avalia o gestor público, pelos processos e resultados gerenciais, e a contínua aplicação de recursos nas entidades de direito público e privado, mediante a verificação de amostras entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.
- B) o conjunto de técnicas que avalia o gestor público, em seus processos e resultados gerenciais, ao aplicar os recursos em entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.
- C) o conjunto de técnicas, que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.
- D) o conjunto de técnicas, processos e resultados gerenciais, para análise da aplicação de recursos em entidades de direito público e privado, mediante a avaliação entre uma situação encontrada com utilizando-se critérios técnicos e legais.

27. A Auditoria Governamental classifica-se em:

- I - Auditoria de Avaliação da Gestão.
- II - Auditoria de Acompanhamento da Gestão.
- III - Auditoria Contábil.
- IV - Auditoria Operacional.
- V - Auditoria Especial.
- VI - Auditoria Direta.
- VII - Auditoria Indireta.

Assinale a alternativa correta.

- A) Todas as Auditorias estão corretas.
- B) Somente cinco Auditorias estão corretas.
- C) Somente seis Auditorias estão corretas.
- D) Somente quatro Auditorias estão corretas.

28. Complete a lacuna.

O regime jurídico das _____ protege tanto as pessoas naturais, brasileiros ou estrangeiros no território nacional, como as pessoas jurídicas, pois têm direito à existência, à segurança, à proteção tributária e aos remédios constitucionais.

Indique a alternativa correta.

- A) Liberdades sociais
- B) Liberdades públicas
- C) Liberdades estaduais
- D) Liberdades fundamentais

29. A Constituição Federal garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O mais fundamental de todos os direitos é:

- A) À vida.
- B) À liberdade.
- C) À igualdade.
- D) À propriedade.

30. As funções típicas do Poder Legislativo são:

- A) Legislar e prestar contas.
- B) Fiscalizar e administrar.
- C) Legislar e fiscalizar.
- D) Fiscalizar e prestar contas.

31. Leia com atenção as sentenças abaixo.

- I- O Direito Administrativo, como ramo autônomo, nasceu em fins do século XVIII e início do século XIX, o que não significa que inexistissem anteriormente normas administrativas, pois onde quer que exista o Estado, existem órgãos encarregados do exercício de funções administrativas.
- II- Do direito francês, o direito administrativo brasileiro acolheu a ideia de ato administrativo, com o atributo da auto-executoriedade, as sucessivas teorias sobre responsabilidade civil do Estado, o conceito de serviço público, as prerrogativas da Administração Pública, a teoria dos contratos administrativos, o princípio da legalidade.
- III- Em decorrência da adoção do princípio da legalidade, o direito administrativo brasileiro, à semelhança de outros direitos, como o espanhol, o português, o dos países sul-americanos, colocou no direito positivo aquilo que no direito francês constituíam teorias e princípios jurisprudencial. Aquilo que a França é alterado pela jurisdição administrativa no Brasil depende de alteração legislativa. E com uma agravante: as bases do direito administrativo estão na Constituição: as intervenções do Estado na propriedade privada, o regime estatutário do servidor público, os princípios da Administração Pública, a regra sobre responsabilidade civil do Estado, o princípio da licitação, as normas sobre orçamento e contabilidade pública, as competências normativas, a proteção do patrimônio público, os direitos e garantias do cidadão perante a Administração Pública, o controle interno, o judicial e o legislativo.

Estão corretas:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I e III.
- D) II e III.

32. Direito Administrativo pode ser definido como:

- A) Ato de produção jurídica primária, fundado única e diretamente no poder soberano, do qual constitui exercício direto e primário, mediante a lei.
- B) O ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- C) Atos de produção jurídica subsidiários dos atos primários, nela também o órgão estatal permanece acima e à margem das relações a que os próprios atos se referem.
- D) Atos de produção jurídica complementares, em aplicação concreta do ato de produção jurídica primário e abstrato contido na lei.

33. Ato Administrativo tem como conceito:

- A) A declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.
- B) Os acontecimentos naturais, que independem do homem ou que dele dependem apenas indiretamente.
- C) É o resultado ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece o particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público.
- D) A forma que se revestem os atos individuais ou gerais, emanados do chefe do Poder Executivo (Presidente da República, Governador e Prefeito).

34. Os elementos dos atos administrativos são:

- A) Sujeito, objeto, motivo e validade.
- B) Objeto, forma, motivo, existência e atributos.
- C) Sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.
- D) Objeto, forma, eficácia e validade.

35. Complete as lacunas com a alternativa correta.

Tanto _____ como _____ contribuem para a formação da vontade da Administração: diante de certa situação de fato ou de direito, a autoridade pratica certo ato para alcançar determinado resultado.

- A) forma - finalidade
- B) motivo - finalidade
- C) finalidade - motivo
- D) motivo - forma

36. O desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade é denominado:

- A) Invalidação.
- B) Contraposição.
- C) Caducidade.
- D) Cassação.

37. O ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado é denominado:

- A) Revogação.
- B) Confirmação.
- C) Convalidação.
- D) Resolução.

38. Pode-se definir a licitação como:

- A) A responsabilidade pela celebração de contratos de terceirização de mão-de-obra, cabe lembrar que a autoridade estará sujeita a responder civil, administrativa e criminalmente, sem falar na sujeição à lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429, de 2-6-92).
- B) É o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública adquire bens móveis e semoventes necessários à execução de obras ou serviços.
- C) É o procedimento administrativo que tem por objeto a mão-de-obra para pequenos trabalhos, mediante pagamentos por preço certo, com ou sem fornecimento de material.
- D) O procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionaria e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato.

39. Complete as lacunas.

O _____ constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.

Indique a alternativa correta.

- A) Princípio da igualdade
- B) Princípio da legalidade
- C) Princípio da moralidade
- D) Princípio da publicidade

40. A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar:

- A) As variações que afetam as situações orçamentárias, financeiras, compensatórias e patrimoniais das entidades de direito público interno e externo, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de lei especialmente concebida para tal e que se utiliza de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.
- B) Os registros que afetam as situações orçamentárias, financeiras, compensatórias e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de técnicas especialmente concebidas para tal, que se utiliza de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.
- C) Os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de metodologia especialmente concebida para tal, que se utiliza de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.
- D) As técnicas que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno e externo, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de lei especialmente concebida para tal, que se utiliza de contas escrituradas nos seguintes sistemas: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.

41. Variação Patrimonial é a alteração de valor, de qualquer elemento do Patrimônio Público, por:

- I- Alienação;
- II- Aquisição;
- III- Dívida Julgada;
- IV- Dívida Aceita;
- V- Depreciação ou valorização;
- VI- Amortização;
- VII- Superveniência;
- VIII- Insubsistência;
- IX- Efeito de execução orçamentária; e
- X- Resultado do exercício financeiro.

Estão corretas:

- A) I, II, V, VI, IX e X.
- B) I, II, V, VI, VII, VIII, IX e X.
- C) I, II, V, VI, VII, VIII e IX.
- D) I, II, III, IV, V, VI e X.

42. Coloque "V" para Verdadeiro ou "F" para Falso baseado nas Variações Patrimoniais.

- () Qualquer aumento de valor nos elementos dos bens e direitos do ativo permanente, ou qualquer diminuição de valor nos elementos das obrigações do passivo permanente consideram-se variações ativas, pois contribuem para que o patrimônio seja aumentado.
- () Qualquer diminuição de valor nos elementos dos bens e direitos do ativo permanente, ou qualquer diminuição de valor nos elementos das obrigações do passivo permanente consideram-se variações ativas, pois contribuem para que o patrimônio seja diminuído.
- () Qualquer diminuição de valor nos elementos dos bens e direitos do ativo permanente, ou qualquer aumento no valor dos elementos das obrigações do passivo permanente consideram-se variações passivas, pois concorrem para que o patrimônio seja diminuído.
- () Qualquer aumento de valor nos elementos dos bens e direitos do ativo permanente, ou qualquer aumento no valor nos elementos das obrigações do passivo permanente consideram-se variações ativas, pois concorrem para que o patrimônio seja aumentado.

- A) F, F, F, V.
- B) V, F, V, F.
- C) V, F, F, F.
- D) F, F, V, V.

43. Na Lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por:

- A) Categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.
- B) O desdobramento, facultativo, do elemento de despesa, e modalidade de aplicação.
- C) Categoria econômica, o desdobramento, facultativo, do elemento de despesa e modalidade de aplicação.
- D) Grupo de natureza de despesa, o desdobramento, facultativo, do elemento de despesa e a discriminação das naturezas de despesa.

44. Análise o lançamento contábil abaixo referente ao registro de uma Variação Patrimonial Passiva:

Alienação de Bens Móveis	\$5.000,00
a Veículos	\$5.000,00

Pode-se afirmar que o lançamento originou:

- A) Um registro independente da Execução Orçamentária.
- B) Um registro Resultante da Execução orçamentária.
- C) Um aumento da Dívida Fundada.
- D) Uma Mutação Patrimonial.

As questões de 45 a 48 estão baseadas no Balanço Patrimonial Abaixo:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Total	3.029.601	2.474.894
Ativo Circulante	1.990.509	1.616.363
Caixa e Equivalentes de Caixa	672.123	498.972
Aplicações Financeiras	54.092	37.438
Contas a Receber	810.464	701.260
Estoques	311.448	237.403
Tributos a Recuperar	87.144	93.228
Outros Ativos Circulantes	55.238	48.062
Ativo Não Circulante	1.039.092	858.531
Ativo Realizável a Longo Prazo	625.217	484.252
Investimentos	22.272	20.114
Imobilizado	318.761	282.278
Intangível	72.842	71.887
Passivo Total	3.029.601	2.474.894
Passivo Circulante	948.736	841.980
Obrigações Sociais e Trabalhistas	135.427	57.008
Fornecedores	306.901	204.920
Obrigações Fiscais	64.938	41.303
Empréstimos e Financiamentos	268.200	379.804
Outras Obrigações	173.270	158.945
Passivo Não Circulante	1.117.475	894.241
Patrimônio Líquido Consolidado	963.390	738.673
Capital Social Realizado	700.000	450.000
Reservas de Capital	-790	-806
Reservas de Lucros	268.384	306.355
Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-18.637
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-11.700	-7.054
Participação dos Acionistas Não Controladores	7.496	8.815

45. A Liquidez Corrente de 2013 foi de:

- A) 1,88.
- B) 2,38.
- C) 2,10.
- D) 1,26.

46. O Capital Circulante Líquido em 2013 é de:

- A) (\$75.702,00).
- B) \$549.515,00.
- C) \$1.041.773,00.
- D) \$1.512.905,00.

47. A Composição de Endividamento em 2012 é de:

- A) 94,16%.
- B) 48,49%.
- C) 34,02%.
- D) 76,18%.

48. Sabendo que o Custo dos Bens em 2013 é de \$2.333.156,00, o valor das Compras neste ano foi de:

- A) \$2.095.753,00.
- B) \$2.259.111,00.
- C) \$1.947.663,00.
- D) \$2.407.201,00.

49. A Auditoria Interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional (Ferreira – 2008). Os papéis de trabalho constituem:

- A) Registros dos fatos, informações e provas obtidas no curso da auditoria, a fim de demonstrar através destes papéis os exames realizados e poder dar suporte ao parecer com ressalva, sem ressalva e adverso, além de críticas, sugestões e recomendações. Devem ter o máximo detalhamento e abrangência para propiciar a compreensão dos procedimentos realizados, o planejamento e a verdadeira extensão dos procedimentos de auditoria interna, bem como utilizado como parâmetro de suporte para as conclusões a serem alcançadas pela direção da empresa.
- B) Documentos e registros dos fatos, informações e provas obtidas no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e de dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. Devem ter abrangência e grau de detalhes suficientes para propiciar a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de auditoria interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.
- C) Os fatos, informações e provas obtidas no curso da auditoria, a fim de demonstrar os exames realizados, dando suporte ao parecer com ressalva ou sem ressalva, além de críticas, sugestões e recomendações. Devem ter o máximo detalhamento e abrangência para propiciar a compreensão dos procedimentos realizados, o planejamento e a verdadeira extensão dos processos de auditoria interna aplicados, bem como do possível julgamento exercido e utilizado como parâmetro de suporte para as conclusões a serem alcançadas pelos administradores da empresa.
- D) Documentos factuais e informativos para obtenção de provas no curso da auditoria, dando suporte ao parecer com ressalva, sem ressalva, adverso, além de críticas, sugestões e recomendações. Devem ser detalhado e ter abrangência para propiciar a melhor compreensão dos procedimentos realizados, o planejamento e a verdadeira extensão dos processos de auditoria interna aplicados, bem como do possível julgamento exercido e utilizado como parâmetro de suporte para as conclusões a serem alcançadas pelos responsáveis da empresa.

50. Preencha as lacunas.

O Poder Executivo publicará, até _____ após o encerramento de cada _____, relatório resumido da execução orçamentária.

- A) 60 dias – bimestre
- B) 30 dias – trimestre
- C) 30 dias – bimestre
- D) 30 dias – quadrimestre